

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

30 de junho de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Caixa Geral – Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 28 de agosto de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

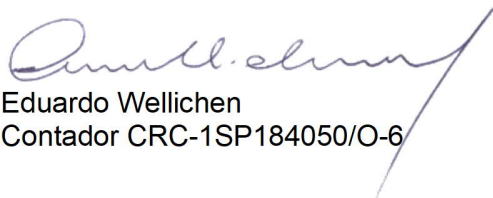
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de junho de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Eduardo Wellichen', is written over the printed name and registration number.

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		1.340.192	1.561.163	Circulante		1.145.946	1.351.625
Disponibilidades	4	7.279	6.590	Depósitos	14.a	275.675	388.802
				Depósitos à vista		6.772	13.197
				Depósitos a prazo		268.903	375.605
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	804.149	724.454	Captações no Mercado Aberto	14.b	91.129	217.167
Aplicações em operações compromissadas		804.149	661.154	Carteira própria		80.646	97.167
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	63.300	Carteira terceiro		-	120.000
				Carteira livre movimentação		10.483	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		125.606	465.792	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	190.169	134.549
Carteira própria	6.a	37.783	309.794	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		31.089	47.856
Vinculados a compromissos de recompra	6.a	9.591	-	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		127.470	83.619
Vinculados à prestação de garantias	6.a	46.687	140.793	Obrigações por emissão de letras financeiras		31.610	3.074
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	31.545	15.205				
				Relações Interfinanceiras		25	364
Relações Interfinanceiras		565	1.029	Recebimentos e pagamentos a liquidar		25	364
Pagamentos e recebimentos a liquidar		17	11				
Créditos vinculados		278	138				
Relações com correspondente		270	880				
				Relações Interdependências		179	444
Operações de Crédito		132.275	65.461	Recursos em trânsito de terceiros		179	444
Operações de crédito		132.275	65.461				
Setor privado	9	144.155	76.568	Obrigações por Empréstimos e Repasses		488.284	472.453
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(11.880)	(11.107)	Repasses do país - Instituições oficiais	14.d	-	77
				Finame		-	77
Outros Créditos		249.528	297.355	Empréstimos no exterior	14.e	488.284	472.376
Créditos por avais e fianças honradas	9	12.930	31.070				
Carteira de câmbio	10	176.304	207.685	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	9.060	8.081
Rendas a receber	12	12.162	1.468	Instrumentos financeiros derivativos		9.060	8.081
Negociação e intermediação de valores		2.343	-				
Diversos	11	54.327	71.744	Outras Obrigações		91.425	129.765
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(8.538)	(14.612)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		45	25
				Carteira de câmbio	10	60.343	49.693
Outros Valores e Bens		20.790	482	Fiscais e previdenciárias	16.a	23.443	69.353
Bens não de uso	13	20.317	-	Negociação e intermediação de valores	15	2.123	3.135
Despesas antecipadas		473	482	Diversas	16.b	5.471	7.559
Realizável a Longo Prazo		598.594	575.513	Exigível a Longo Prazo		340.004	308.829
Disponibilidades		-	10.065	Depósitos	14.a	163.597	84.288
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		10.757	-	Depósitos a prazo		163.597	84.288
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	10.757	-				
				Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	110.938	42.391
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		399.610	212.657	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		-	13.240
Carteira própria	6.a	188.271	28.013	Obrigações por emissão de letras financeiras		110.938	29.151
Vinculados a compromissos de recompra	6.a	66.354	92.450				
Vinculados à prestação de garantias	6.a	89.309	29.383	Obrigações por Empréstimos e Repasses		8.919	43.677
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	55.676	62.811	Repasses do país - Instituições oficiais	14.d	8.919	10.601
				BNDES		7.954	9.421
Operações de Crédito		130.411	275.965	Finame		965	1.180
Operações de crédito		130.411	275.965	Empréstimos no exterior	14.e	-	33.076
Setor privado	9	139.893	285.447				
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(9.482)	(9.482)	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	33.101	22.181
				Instrumentos financeiros derivativos		33.101	22.181
Outros Créditos		57.816	76.826	Outras Obrigações		23.449	116.292
Carteira de câmbio	10	6.409	5.792	Carteira de câmbio		-	66.162
Diversos	11	66.714	72.772	Sociais e estatutárias		171	171
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(15.307)	(1.738)	Fiscais e previdenciárias	16.a	4.998	23.456
				Diversas	16.b	18.280	26.503
Permanente		2.849	3.498				
Investimentos		1	1	Resultado de Exercícios Futuros		373	557
Outros investimentos		3	3	Rendas antecipadas		373	557
Provisão para perdas		(2)	(2)				
				Imobilizado de Uso		2.671	2.899
Imobilizado de Uso		2.671	2.899	Outras imobilizações de uso		5.801	5.461
Outras imobilizações de uso		5.801	5.461	Depreciações acumuladas		(3.130)	(2.562)
Depreciações acumuladas		(3.130)	(2.562)	Patrimônio Líquido		455.312	479.163
				Capital social	19.a	400.000	400.000
Intangível		177	598	De domiciliados no exterior		400.000	400.000
Outros ativos intangíveis		5.162	5.162	Reserva Legal		1.101	3.673
Amortizações acumuladas		(4.985)	(4.564)	Reserva Especial de lucro		5.678	5.723
				Ajuste ao valor de mercado - TVM		(6.677)	(4.340)
				Participação de não controladores		55.210	74.107
Total do Ativo		1.941.635	2.140.174	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.941.635	2.140.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas da Intermediação Financeira		<u>133.294</u>	<u>306.161</u>
Operações de crédito		16.476	30.202
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	41.079	280.459
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	50.418	(9.473)
Resultado de operações de câmbio		25.321	4.973
Despesas da Intermediação Financeira		<u>(108.442)</u>	<u>(79.305)</u>
Operações de captações no mercado		(25.388)	(47.191)
Operações de empréstimos e repasses		(71.275)	(16.900)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(11.779)	(15.214)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>24.852</u>	<u>226.856</u>
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		<u>(10.329)</u>	<u>(46.306)</u>
Receitas de prestação de serviços	23	15.745	4.828
Despesas de pessoal		(12.061)	(13.831)
Outras despesas administrativas	24	(11.140)	(14.133)
Despesas tributárias	25	(3.425)	(10.944)
Outras (despesas) receitas operacionais	26	552	(12.226)
Resultado Operacional		<u>14.523</u>	<u>180.550</u>
Resultado Não Operacional	27	-	<u>(1.626)</u>
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		<u>14.523</u>	<u>178.924</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	18.a	<u>(6.701)</u>	<u>(33.163)</u>
Provisão para imposto de renda		(3.362)	(26.316)
Provisão para contribuição social		(2.790)	(21.074)
Ativo (passivo) fiscal diferido		(549)	14.227
Lucro Líquido do semestre		<u>7.822</u>	<u>145.761</u>
Lucro Líquido atribuído à participação dos acionistas controladores		5.977	73.453
Lucro Líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores		1.845	72.308
Lucro por ação no final do semestre (R\$)		<u>0,27</u>	<u>5,02</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros			Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Participação dos Não Controladores	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial				
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	400.000	-	-	452	(64.057)	1.799	338.194
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(4.792)	-	-	(4.792)
Lucro líquido do semestre atribuído ao Controlador	-	-	-	-	73.453	-	73.453
Lucro líquido do semestre atribuído ao Não Controlador	-	-	-	-	-	72.308	72.308
Destinações:							
Constituição de reservas	-	3.673	5.723	-	(9.396)	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2017	400.000	3.673	5.723	(4.340)	-	74.107	479.163
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	400.000	802	14.444	(2.693)	-	70.104	482.657
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(3.984)	-	-	(3.984)
Lucro líquido do semestre atribuído ao Controlador	-	-	-	-	5.977	-	5.977
Lucro líquido do semestre atribuído ao Não Controlador	-	-	-	-	-	1.845	1.845
Destinações:							
Pagamento de dividendos	-	-	(14.444)	-	-	(16.739)	(31.183)
Constituição de reservas	-	299	5.678	-	(5.977)	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2018	400.000	1.101	5.678	(6.677)	-	55.210	455.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais			
Lucro líquido ajustado nos semestres		8.826	153.135
Lucro líquido dos semestres		7.822	145.761
Ajustes ao lucro líquido:		1.004	7.374
Depreciações e amortizações	24	424	586
Provisões para riscos		(881)	-
Provisão/Reversão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	26.a e b.	339	(329)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.e	5.949	10.115
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.e	5.830	5.099
Provisão para impostos e contribuições diferidos		549	(14.226)
Comissão a receber		(11.573)	-
Reversão de provisão para impairment de títulos livres	26.a	(67)	(195)
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	26.b	434	3.255
Baixa de ativo permanente		-	1.680
Constituição / (Reversão) de PLR		-	(2.000)
Despesas de juros e de variação contábil sobre empréstimos no exterior		-	3.389
Variações dos Ativos e Obrigações		615.323	(170.969)
(Aumento) de disponibilidades		-	(10.065)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(15.222)	(2.281)
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		401.744	35.277
Redução em operações de crédito		53.148	75.846
(Aumento) em outros créditos		(60.865)	(50.101)
Redução em outros valores e bens		32	259
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		199	(1.219)
(Redução) em depósitos		(76.787)	(71.912)
Aumento em captação no mercado aberto		3.114	20.748
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		108.824	(1.964)
(Redução) Aumento em outras obrigações		(4.163)	108.530
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		205.370	(274.023)
(Redução) em resultados de exercícios futuros		(71)	(64)
Fluxo de caixa Oriundos (Aplicados) das Atividades Operacionais		624.149	(17.834)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aplicações no imobilizado de uso		(338)	(35)
Fluxo de caixa Aplicados nas Atividades de Investimentos		(338)	(35)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos		(37.963)	-
Fluxos de Caixas Aplicados nas atividades de financiamento		(37.963)	-
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		585.848	(17.869)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		221.115	743.326
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	4	806.963	725.457
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		585.848	(17.869)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO de 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O grupo Caixa Geral de Depósitos, no Brasil, está composto pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (Corretora), adquirida em 2012.

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), sediado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4285 – 3º andar – São Paulo – SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

Em 2014, foi aprovado pelos conselheiros da Companhia o acordo operacional entre a Corretora e a "Rico" Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objetivo foi a integração do DirectaInvest e da Rico.com.vc, plataforma de investimentos da Rico Corretora. Essa operação inseriu-se no processo de aquisição de uma participação de 51% pela Corretora no capital social da FLAFLU Participações S.A., holding financeira. Como parte do processo de aquisição, a Corretora adquiriu debêntures conversíveis, emitidas pela FLAFLU Participações S.A., controladora da Rico Corretora.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

Em 2016, a Corretora assinou Contrato de Compra e Venda de Valores Mobiliários e outras Avenças ("Contrato") junto à XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Compradora"), celebrando a venda de sua participação econômica na FLAFLU Participações S.A., representada por debêntures conversíveis, conforme mencionado acima.

No final do mês de junho de 2017, após aprovação pelo Banco Central do Brasil, a venda da participação na FLAFLU foi concluída e os recursos foram recebidos pela Corretora, apurando um ganho na venda destas debêntures, no montante de R\$ 202.538 (nota 22).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial:

Empresa	Atividade	Percentual Banco	Consolidado Prudencial
Banco Caixa Geral Brasil S.A.	Instituição Financeira	Lider	Lider
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Instituição Financeira	50%	100%

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Conglomerado, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
 Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
 Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
 Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
 Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
 Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
 Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
 Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e
 Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Conglomerado.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 03 de junho de 2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de

competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do semestre. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre.

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independentemente de seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.

- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do semestre.
- Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo semestre, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre.

Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela

taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

i) Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

Os ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independentemente de seu vencimento.

j) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o pronunciamento técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos e passivos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

l) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro

de estimativas contábeis.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Conglomerado revisa as estimativas e premissas periodicamente.

m) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o semestre, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades	7.279	6.590
Aplicações em operações compromissadas (nota explicativa nº 5)	799.684	661.154
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota explicativa nº 5)	-	<u>57.713</u>
Total	<u>806.963</u>	<u>725.457</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>2018</u>				<u>2017</u>		
	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	10.757	10.757	57.713	5.587	63.300
Aplicações em operações compromissadas	799.684	4.465	-	804.149	661.154	-	661.154
Total	<u>799.684</u>	<u>4.465</u>	<u>10.757</u>	<u>814.906</u>	<u>718.867</u>	<u>5.587</u>	<u>724.454</u>

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$814.906 (R\$661.154 em 2017), apresentam taxas ao ano que variam de 6,4% a 6,41% (9,35% a 10,15% em 2017).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 30 de junho de 2018 e de 2017.

	2018		2017	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Carteira própria</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	6.095	6.099	66.593	66.594
Letras do Tesouro Nacional – LTN	35.982	36.625	256.193	257.549
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F	129.458	127.690	7.619	7.770
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	-	-	4.180	4.195
Bonds	8.876	950	7.441	863
Renda Variável	-	-	39	315
Debêntures	56.706	54.690	774	521
Total de carteira própria	<u>237.117</u>	<u>226.054</u>	<u>342.839</u>	<u>337.807</u>
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN	20.469	20.676	-	-
Debêntures	55.219	55.269	95.426	92.450
Total de vinculados a compromissos de recompra	<u>75.688</u>	<u>75.945</u>	<u>95.426</u>	<u>92.450</u>
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	28.830	28.827	27.566	27.559
Letras do Tesouro Nacional – LTN	3.740	3.798	141.978	142.617
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	90.749	89.310	-	-
Fundos de Investimento	14.061	14.061	-	-
Total de vinculados à prestação de garantias	<u>137.380</u>	<u>135.996</u>	<u>169.544</u>	<u>170.176</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>450.185</u>	<u>437.995</u>	<u>607.809</u>	<u>600.433</u>

b) Composição da carteira em 30 de junho de 2018 e de 2017 por classificação e por prazo:

	2018		2017	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Títulos para negociação:</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)				
De 3 a 12 meses	3.736	3.736	57.556	57.553
De 1 a 3 anos	25.094	25.091	3.479	3.479
Acima de 3 anos	6.095	6.099	33.124	33.121
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 3 a 12 meses	-	-	48.494	48.856
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B				
De 3 a 12 meses	7.278	7.402	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	7.007	7.149
Total de títulos públicos	<u>42.203</u>	<u>42.328</u>	<u>149.660</u>	<u>150.158</u>
<u>Títulos privados</u>				
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)				
De 1 a 3 anos	-	-	4.180	4.195
Cotas de Fundo de Investimento (*)				
Sem vencimento	14.061	14.061	-	-
Debêntures				
Acima de 3 anos	10.625	10.449	-	-
Total de títulos privados	<u>24.686</u>	<u>24.510</u>	<u>4.180</u>	<u>4.195</u>
Total de títulos para negociação	<u>66.889</u>	<u>66.838</u>	<u>153.840</u>	<u>154.353</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN (*)				
De 3 a 12 meses	5.611	5.698	336.883	338.185
De 1 a 3 anos	54.580	55.401	12.794	13.125
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
De 3 a 12 meses	2.013	2.025	-	-
De 1 a 3 anos	210.916	207.573	612	621
Total de títulos públicos	<u>273.120</u>	<u>270.697</u>	<u>350.289</u>	<u>351.931</u>
<u>Títulos privados</u>				
Bonds				
Acima de 3 anos	8.876	950	7.441	863
Renda Variável				
Sem vencimento	-	-	39	315
Debêntures: (**)				
De 3 a 12 meses	4.158	4.171	-	-
De 1 a 3 anos	33.314	32.309	55.539	53.181
Acima de 3 anos	63.828	63.030	39.937	39.790
Vencidas	-	-	724	-
Total de títulos privados	<u>110.176</u>	<u>100.460</u>	<u>103.680</u>	<u>94.149</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>383.296</u>	<u>371.157</u>	<u>453.969</u>	<u>446.080</u>
Circulante (***)	78.671	78.732	447.171	450.587
Realizável a longo prazo	<u>371.514</u>	<u>359.263</u>	<u>160.638</u>	<u>149.846</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>450.185</u>	<u>437.995</u>	<u>607.809</u>	<u>600.433</u>

- (*) Em junho de 2018, o montante de R\$ 135.996 (R\$169.356 em 2017) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota explicativa nº 7.f).
- (**) Em junho de 2018, o Conglomerado possui provisão para "impairment" de Debêntures, no montante de R\$2.255 (R\$2.905 em 2017).
- (***) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, não ocorreram reclassificações entre as categorias "negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento".

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$313.025 (R\$502.089 em 2017) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados no montante de R\$110.909 (R\$98.344 em 2017) estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundo de investimento no montante de R\$ 14.061 estão custodiadas junto ao administrador do fundo.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 30 de junho de 2018 e de 2017, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela Anbima ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário e também taxas indicativas divulgadas pela Anbima. As cotas de fundo de investimento foram marcadas a mercado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$12.139 (R\$4.792 em 2017). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$(6.677) (R\$4.340 negativo em 2017), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 30 de junho de 2018 e de 2017, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2018			2017		
	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	48.892	36.042	84.934	24.399	51.488	75.887
Swap - diferencial a pagar	(34.966)	(2.118)	(37.084)	(19.098)	(7.479)	(26.577)
Total Swap	13.926	33.924	47.850	5.301	44.009	49.310
NDF - a receber	1.945	(5)	1.940	2.033	14	2.047
NDF - a pagar	(3.114)	(51)	(3.165)	(3.261)	(308)	(3.569)
Total NDF	(1.169)	(56)	(1.225)	(1.228)	(294)	(1.522)
Opções - a receber	730	(383)	347	173	(127)	46
Opções - a pagar	(896)	(1.016)	(1.912)	(130)	27	(103)
Total Opções	(166)	(1.399)	(1.565)	43	(100)	(57)
Futuros - a receber	-	-	-	36	-	36
Futuros - a pagar	-	-	-	(13)	-	(13)
Total Opções	-	-	-	23	-	23
Total	12.591	32.469	45.060	4.139	43.615	47.754

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "swap", "Non-Deliverable Forward – NDF", Futuros e Opções, sendo registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2018					2017				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
"Swap" - posição ativa	50.724	253.457	374.918	222.387	901.486	88.048	400.572	483.928	415.048	1.387.596
"Swap" - posição passiva	1.637	43.881	155.008	216.938	417.464	51.596	111.801	201.099	303.107	667.603
NDF - posição ativa	10.500	2.400	-	-	12.900	54.543	-	-	-	54.543
NDF - posição passiva	32.500	654	-	-	33.154	37.118	25.409	-	-	62.527
Opções – posição ativa	-	36.600	-	-	36.600	-	9.375	-	-	9.375
Opções – posição passiva	-	16.836	-	-	16.836	-	-	-	-	-
Futuros - posição comprada	1.316.900	246.000	115.500	-	1.678.400	404.886	261.192	252.049	73.224	991.351
Futuros - posição vendida	86.600	246.000	428.500	176.500	937.600	430.295	397.119	492.171	121.576	1.441.161
Total	<u>1.498.861</u>	<u>845.828</u>	<u>1.073.926</u>	<u>615.825</u>	<u>4.034.440</u>	<u>1.066.486</u>	<u>1.205.468</u>	<u>1.429.247</u>	<u>912.955</u>	<u>4.614.156</u>

c) Composição por indexador

	2018			2017		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
<u>Operações de "swap"</u>						
Posição ativa	84.934	-	901.486	75.887	-	1.387.596
CDI x DÓLAR VENDA	17.363	-	111.015	27	-	16.410
CDI x IPCA	15.604	-	49.840	130	-	12.120
CDI x LIBOR	-	-	-	2.343	-	14.400
CDI x LIBOR 1	-	-	-	9.205	-	150.000
CDI x LIBOR 2	-	-	-	712	-	27.397
CDI x LIBOR 6M	-	-	-	4.967	-	109.430
CDI x PRÉ	48.845	-	407.326	5.975	-	141.182
DOLAR VENDA x LIBOR	722	-	156.090	13.568	-	49.840
DOLAR VENDA x LIBOR 1	196	-	24.673	103	-	27.543
DOLAR x LIBOR 6M	2.204	-	152.542	-	-	-
IPCA x CDI	-	-	-	349	-	154.588
LIBOR x DÓLAR VENDA	-	-	-	30.423	-	477.429
LIBOR 1 x DÓLAR VENDA	-	-	-	752	-	6.349
LIBOR 2 x DÓLAR VENDA	-	-	-	7.333	-	200.908
Posição passiva	-	(37.084)	417.464	-	(26.577)	667.603
CDI x IPCA	-	-	-	-	(13.253)	52.443
CDI x LIBOR 1	-	-	-	-	(506)	1.823
DOLAR VENDA X CDI	-	(1.824)	9.615	-	-	-
LIBOR x DÓLAR VENDA	-	(22)	128.547	-	(3.956)	109.430
LIBOR 1 x DÓLAR VENDA	-	-	-	-	(4.063)	141.182
LIBOR 6 M x DÓLAR VENDA	-	(16.642)	150.000	-	(577)	149.975
PRÉ x CDI	-	(734)	10.015	-	(3.884)	165.606
IPCA x CDI	-	(15.384)	55.044	-	-	-
LIBOR x CDI	-	(1.737)	27.543	-	-	-
CDI x PRÉ	-	(741)	36.700	-	(268)	8.821
CDI x DOLAR VENDA	-	-	-	-	(21)	10.780
CDI x LIBOR	-	-	-	-	(49)	27.543
Total de operações de "swap"	84.934	(37.084)	1.318.950	75.887	(26.577)	2.055.199
<u>Operações de NDF</u>						
Posição ativa	1.940	-	12.900	2.047	-	54.543
Dólar venda	1.940	-	12.900	2.047	-	54.543
Posição passiva	-	(3.165)	33.154	-	(3.569)	62.527
Dólar venda	-	(3.165)	33.154	-	(3.136)	55.545
Euro venda	-	-	-	-	(433)	6.982
Total de operações de NDF	1.940	(3.165)	46.054	2.047	(3.569)	117.070
<u>Operações opções</u>						
Posição ibov vendida	347	(1.912)	53.436	-	(57)	9.375
Posição ibov comprada	-	(1.912)	16.836	-	-	-
Total de operações de Opções	347	(1.912)	53.436	-	(57)	9.375
<u>Operações de futuros</u>						
Posição comprada (*)	3.855	-	1.678.400	36	(525)	991.351
DDI	3.516	-	395.000	36	(505)	886.427
DI1	11	-	1.276.500	-	-	-
DOL	3	-	2.150	-	(20)	103.664
EUR	325	-	4.750	-	-	1.260
Posição vendida (*)	-	(1.511)	937.600	50	(465)	1.441.161
DDI	-	(870)	137.700	4	-	119.139
DI1	-	(506)	781.500	46	-	1.231.004
DOL	-	(135)	18.400	-	(465)	80.912
EUR	-	-	-	-	-	10.106
Total de operações de futuros	3.855	(1.511)	2.616.000	86	(990)	2.432.512
Total	91.076	(43.672)	4.034.440	78.020	(31.193)	4.614.156

(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação

	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2018	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2017
Operações de "swap"	558.926	760.024	1.318.950	1.248.696	806.503	2.055.199
Operações de NDF	12.900	33.154	46.054	117.070	-	117.070
Opções	53.436	-	53.436	9.375	-	9.375
Futuros - posição comprada	1.678.400	-	1.678.400	991.351	-	991.351
Futuros - posição vendida	937.600	-	937.600	1.441.161	-	1.441.161
Total	<u>3.241.262</u>	<u>793.178</u>	<u>4.034.440</u>	<u>3.807.653</u>	<u>806.503</u>	<u>4.614.156</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Conglomerado e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de "hedge" de risco de mercado.

	2018			2017		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
"swap"	119.766	(125.287)	(5.521)	137.408	(102.392)	35.016
NDF	3.654	(11.778)	(8.124)	52.571	(47.757)	4.814
Opções	829	(1.621)	(792)	135	(261)	(126)
Futuros	<u>461.997</u>	<u>(397.142)</u>	<u>64.855</u>	<u>539.089</u>	<u>(588.266)</u>	<u>(49.177)</u>
Total	<u>586.246</u>	<u>(535.828)</u>	<u>50.418</u>	<u>729.203</u>	<u>(738.676)</u>	<u>(9.473)</u>

f) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2018 e 2017 tem a seguinte composição:

	2018	2017
Títulos e valores mobiliários – Carteira própria		
Letras do Financeira do Tesouro – LFT	28.827	26.739
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.798	142.617
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	89.310	-
Fundo de Investimento	14.061	-
Total	<u>135.996</u>	<u>169.356</u>

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, as estruturas de "hedge" de risco de mercado são compostas por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$190.449 (R\$389.105 em 2017) e vencimentos que variam de julho de 2018 a outubro de 2018, e visam proteger o Conglomerado das flutuações nas captações e aplicações efetuadas em moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas.

O valor das captações no exterior é de R\$38.782 (R\$330.964 em 2017) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$230 (R\$1.004 em 2017).

O valor das aplicações em operações compromissadas é de R\$91.129 (R\$20.289 em 2017) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$10 (R\$34 receita em 2017).

O valor das aplicações em adiantamentos de contratos de câmbio é de R\$ 54.563 (R\$ 95.554 em 2017) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 126.

A efetividade das estruturas do "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge".

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2018 e de 2017 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Conglomerado aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Conglomerado.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros,

objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de "Stop Loss": Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Conglomerado adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Conglomerado. Em 30 de junho de 2018, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Conglomerado estava exposto era de R\$7.974 (R\$2.683 em 2017).

II - Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Conglomerado possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Conglomerado visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

III - Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº.3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

A partir de 1º de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Stress Test de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão

de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

V- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual.

Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento.

Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 30 de junho de 2018 e 2017, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Capital de giro	275.117	351.323
Financiamento – BNDES	7.966	9.434
Financiamento - Finame	965	1.258
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	<u>284.048</u>	<u>362.015</u>
Confissão de dívida (nota 11)	24.775	-
Outros créditos a receber (*)	-	14.791
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	107.975	95.554
Créditos para avais e fianças honrados	<u>12.930</u>	<u>31.070</u>
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u><u>429.728</u></u>	<u><u>503.430</u></u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.362)	(20.589)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(23.845)</u>	<u>(16.350)</u>
Total da provisão	<u><u>(45.207)</u></u>	<u><u>(36.939)</u></u>
Circulante	259.221	261.541
Realizável a longo prazo	170.507	204.950

(*) Em 30 de junho de 2017, referia-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem cobrança no montante de R\$14.791 (nota 11).

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2018	2017
Setor Privado:		
Indústria	247.554	258.027
Comércio	32.884	62.650
Rural	18.637	-
Outros	130.653	182.753
Total	<u>429.728</u>	<u>503.430</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	2018						2017	
	Vencido	A vencer					Total	Total
01 a 30 dias		31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias			
Capital de giro	2.724	1.122	48.405	8.147	83.757	130.962	275.117	351.323
Financiamento - BNDES	-	-	-	-	-	7.966	7.966	9.434
Financiamento - Finame	-	-	-	-	-	965	965	1.258
Confissão de dívida (nota 11)	-	-	-	-	-	24.775	24.775	-
Títulos com característica de concessão de crédito (nota nº 11)	-	-	-	-	-	-	-	14.791
Adiantamento sobre contrato de câmbio – ACC (nota 10)	-	4.589	35.183	50.871	11.493	5.839	107.975	95.554
Créditos para avais e fiança honrados	12.930	-	-	-	-	-	12.930	31.070
Total	<u>15.654</u>	<u>5.711</u>	<u>83.588</u>	<u>59.018</u>	<u>95.250</u>	<u>170.507</u>	<u>429.728</u>	<u>503.430</u>

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de Provisão %	2018			2017		
		Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Vencido	Curso Normal	Provisão
AA	-	-	844	-	-	24.421	-
A	0,50%	-	84.770	424	-	108.812	544
B	1,00%	-	168.253	1.683	-	207.920	2.080
C	3,00%	-	41.754	1.254	-	68.374	2.051
D	10,00%	-	35.478	3.548	-	32.206	3.220
E	30,00%	2.724	52.362	16.526	13.817	18.562	9.714
F	50,00%	12.930	30.613	21.772	19.977	-	9.989
H	100,00%	-	-	-	9.341	-	9.341
Total		<u>15.654</u>	<u>414.074</u>	<u>45.207</u>	<u>43.135</u>	<u>460.295</u>	<u>36.939</u>

(*) Referem-se as operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo no início	(33.428)	(76.328)
Provisão constituída	(14.697)	(21.367)
Reversão de provisão	2.918	6.153
Reversão baixa líquida	-	54.603
Saldo ao final	<u>(45.207)</u>	<u>(36.939)</u>

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

Em 30 de junho de 2018, o saldo a receber em aberto era de R\$ 24.775 (R\$ 14.791 em 2017).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo, no montante de R\$ 27.888 (nota 13).

No primeiro semestre de 2018, foram renegociadas 6 operações de crédito, no montante total de R\$41.595.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2018	2017
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	158.345	177.568
Direitos sobre venda de câmbio	21.057	34.341
Adiantamento em moeda nacional recebido	-	(36)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9.a)	3.311	1.604
Total	<u>182.713</u>	<u>213.477</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	21.491	35.738
Obrigações por compras de câmbio	143.516	174.067
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota explicativa nº 9.a)	(104.664)	(93.950)
Total	<u>60.343</u>	<u>115.855</u>

A carteira de câmbio, em 2018, possui prazo médio de até 6 meses. Em 2017, possuía prazo de 2 anos e 11 meses.

11. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Confissão de dívida (nota 9.a)	24.775	-
Títulos de crédito a receber (nota 9.a)	-	14.791
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 18.b)	55.545	65.303
Impostos e contribuições a compensar	5.084	3.288
Devedores por depósitos em garantia (a)	34.674	60.194
Outros	963	940
Total	<u>121.041</u>	<u>144.516</u>
Circulante	54.327	71.744
Realizável a longo prazo	66.714	72.772

- (a) Referem-se, principalmente, aos depósitos judiciais relacionados à discussão no tocante ao PIS/COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 2.920 (R\$ 30.813 em 2017) e IR/CSLL desmutualização da Bolsa no montante de R\$ 24.263 (R\$ 22.585 em 2017). Em novembro de 2017, a Corretora aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, os títulos públicos depositados em garantia destes processos estão em fase de liberação pela Justiça Federal do Brasil.

12. RENDAS A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comissões por garantias prestadas a receber	776	1.247
Serviços prestados a receber (*)	10.998	221
Outras rendas a receber	388	-
Total	<u>12.162</u>	<u>1.468</u>
Circulante	12.162	1.468

- (*) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.

13. OUTROS VALORES E BENS

Refere-se a imóvel recebido em dação de pagamento no segundo semestre de 2017, registrada em bens não de uso, no montante de R\$ 27.888, com provisão para sua realização de R\$ 7.571.

14. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos à vista	6.772	13.197
Depósitos a prazo	432.500	459.893
De 1 a 90 dias	73.895	107.740
De 91 até 360 dias	195.008	267.865
A vencer após 360 dias	163.597	84.288
Total de depósitos	<u>439.272</u>	<u>473.090</u>
Circulante	275.675	388.802
Exigível a longo prazo	163.597	84.288

Os depósitos a prazo com taxas pós-fixadas, no montante de R\$429.170 (R\$443.007 em 2017), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) que variam de 95% a 112% (de 96% a 112,5% em 2017). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$3.330 (R\$16.886 em 2017), apresentam taxas ao ano que variam de 6,25% a 17,44% (9,55% a 18,37% em 2017).

b) Captações no mercado aberto

	2018		2017
	De 1 a 90 dias	Total	Total
Carteira própria:			
Letras do Tesouro Nacional- LTN	20.531	20.531	-
Debêntures	60.115	60.115	97.167
Carteira terceiro:			
Letras do Tesouro Nacional- LTN	-	-	120.000
Carteira livre movimentação			
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.483	10.483	-
Total de captações no mercado aberto	<u>91.129</u>	<u>91.129</u>	<u>217.167</u>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$300.841 (R\$175.689 em 2017) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 85% a 113,5% (87% a 114,5% em 2017). As letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$266 (R\$1.251 em 2017), apresentam taxas ao ano de 14,7% (14,5% a 15,10% em 2017).

d) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Finame nos montantes de R\$7.954 (R\$9.421 em 2017) e R\$965 (R\$1.257 em 2017), respectivamente, com prazo de vencimento de 2022 a 2023.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	2018		2017	
	USD	Reais	USD	Reais
Empréstimo no Exterior:				
Grupo Caixa Geral de Depósitos – Objeto de "hedge" (*) (**)	10.000	38.782	99.769	330.964
Grupo Caixa Geral de Depósitos (**)	116.500	449.502	44.119	156.022
Outros Bancos	-	-	5.583	18.466
Total		<u>488.284</u>		<u>505.452</u>

(*) Esta operação é objeto de "hedge", descritos na nota explicativa nº 7.g.

(**) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 19.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES – NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Credores - Conta Liquidações Pendentes	2.123	3.135
Total	<u>2.123</u>	<u>3.135</u>

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	790	41.607
Impostos e contribuições a recolher	7.788	9.399
Impostos e contribuições diferidos (nota 18.c)	19.863	26.771
Valores a pagar na adesão ao PERT (*)	-	15.032
Total	<u>28.441</u>	<u>92.809</u>
Circulante	23.443	69.353
Exigível a longo prazo	4.998	23.456

(*) Em 2017, a Corretora decidiu incluir no programa de parcelamento de tributos instituído pela Medida Provisória nº 783/17, denominado Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, os débitos de IRPJ e CSLL sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas e de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98), o qual se discutiu a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo dos anos-calendários de 2013 e de 2014. A formalização da inclusão dos referidos débitos tributários no PERT foi realizada dentro do prazo legal previsto na MP 783/17, ou seja, até o dia 31 de agosto de 2017. O impacto dos descontos nas multas e nos juros incidentes sobre os processos mostrou-se economicamente benéfico, considerando a opção pelo pagamento à vista dos débitos atualizados, o que acarretou a redução do montante discutido em R\$12.830. Em 30 de junho de 2017, o IRPJ e a CSLL sobre desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas e o PIS e a COFINS dos anos-calendários de 2013 e de 2014 (Lei nº 9.718/98), possuíam provisão de R\$12.917 e de R\$2.115 e, títulos públicos dados em garantia dos processos, no montante de R\$22.585 e R\$2.718, respectivamente.

b) Diversas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (**)	10.567	1.782
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota explicativa nº 17.a)	3.706	21.949
Provisão para riscos trabalhistas (*)	4.007	2.815
Provisão para despesas de pessoal	2.554	3.477
Fornecedores a pagar	1.695	2.190
Outras	1.222	1.849
Total	<u>23.751</u>	<u>34.062</u>
Circulante	5.471	7.559
Exigível a longo prazo	18.280	26.503

(*) Refere-se, principalmente, a ações trabalhistas de ex-funcionários que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 17.b).

(**) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$316.084 (R\$373.059 em 2017) (nota 28.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$10.567 (R\$1.782 em 2017), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2018		2017	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	137.091	-	151.942	-
A	0,50%	64.770	324	85.926	430
B	1,00%	13.108	131	135.191	1.352
D	10,00%	101.115	10.112	-	-
Total		<u>316.084</u>	<u>10.567</u>	<u>373.059</u>	<u>1.782</u>

17. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 17.c).

a) Obrigações legais e contingências fiscais

O Conglomerado é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio, deduzido da base de cálculo do ano de 2011, na compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, no montante total de R\$2.667 (R\$2.503 em 2017), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	2018		2017	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	3.706	3.706	3.130	3.130
Subtotal	<u>3.706</u>	<u>3.706</u>	<u>3.130</u>	<u>3.130</u>
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	-	2.586	-	2.409
PIS(iii)	-	408	-	-
COFINS (iii)	-	2.512	-	-
Desmutualização(iii)	-	24.263	18.819	53.398
Subtotal	<u>-</u>	<u>29.769</u>	<u>18.819</u>	<u>55.807</u>
Total	<u>3.706</u>	<u>33.475</u>	<u>21.949</u>	<u>58.937</u>

(i) O Conglomerado está discutindo o recolhimento do ISS sobre garantias e fianças prestadas a clientes relativos aos exercícios de 2012 a 2017 e primeiro semestre de 2018, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível. Entretanto,

foi constituída provisão no montante de R\$ 3.706 por se tratar de uma obrigação legal prevista na Lei Federal nº 116/2003.

- (ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Conglomerado deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro – LFT no montante de R\$2.586 (R\$ 2.409 em 2017). Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.
 - (iii) Referiam-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS (Lei nº9.718/98), anos calendários 2008 a 2012, onde questiona a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo.
- b) A movimentação das provisões passivas para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2016	22.909	776	23.685
Reclassificação (1)	15.778	-	15.778
Constituição (nota 26.b)	1.046	2.209	3.255
Pagamento (2)	(17.784)	(170)	(17.954)
Saldo em 30/06/2017	21.949	2.815	24.764

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2017	3.397	6.278	9.675
Constituição (nota 26.b)	309	125	434
Reversão	-	(1.006)	(1.006)
Pagamento	-	(1.390)	(1.390)
Saldo em 30/06/2018	3.706	4.007	7.713

(1) Referia-se aos recursos recebidos, em janeiro de 2017, do Banif Banco Investimento (Brasil) S. A., advindo de acordo firmado com o objetivo de encerrar o processo de arbitragem. Neste acordo, a Corretora recebeu o montante de R\$ 17.784 e assumiu a responsabilidade pelas contingências que anteriormente estavam previstas no contrato de compra e venda celebrado com o Banif na data de 06 de junho de 2010 e cobertos por “escrow account”.

(2) Em 2017, a Corretora aderiu ao Programa de Regularização Tributária-PRT para o processo de cobrança do PIS e COFINS sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas no montante de R\$ 17.784. Este programa previa parte da quitação da dívida (80% do valor total da dívida) com a utilização de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social. A Corretora fez a opção por esta forma de pagamento, registrando um crédito tributário de R\$14.227 (nota 18).

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2018 e de 2017 é o seguinte:

2018						
Perdas	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
	Prováveis	-	-	-	-	4.007
Possíveis	6.510	3.706	7.928	-	4.440	-
Remotas	3.213	-	6.055	-	6.108	-
Total	9.723	3.706	13.983	-	14.555	4.007
Quantidade	10		24		20	

2017						
Perdas	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
	Prováveis	-	-	-	-	2.815
Possíveis	24.452	21.949	-	-	3.545	-
Remotas	2.408	-	1.024	-	4.481	-
Total	26.860	21.949	1.024	-	10.841	2.815
Quantidade	9		1		20	

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2018	2017
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	14.523	178.924
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente.	(6.535)	(80.504)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(510)	(1.265)
Despesas com gratificações e benefícios	(34)	(23)
Juros Thin Cap	-	(327)
Operação de Crédito Desconto Concedido	(575)	-
Ajuste MTM	(624)	-
Reversão de Provisões para Contingência Trabalhista	943	-
Outros	(220)	(915)
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	-	16.537
Provisão para contingência fiscal	-	(5.237)
Mtm e derivativos	-	1.533
Provisão Ágio incorporação PINF	-	21.049
Outros	-	(808)
Prej Fiscal e base Neg utilizada (30% do lucro)	344	17.843
Crédito Tributário Contabilizado	-	14.226
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre	<u>(6.701)</u>	<u>(33.163)</u>

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Conglomerado mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$55.545 (R\$65.303 em 2017), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	30.927	35.867
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	4.755	729
Provisão para outros valores e bens imóveis	3.407	-
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	6.115	15.983
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	6.256	4.892
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	4	278
Provisão para contingências fiscais	1.482	1.252
Provisão para contingências trabalhistas	77	-
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	2.514	6.294
Outros	8	8
Total	<u>55.545</u>	<u>65.303</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	2018	2017
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(14.072)	(20.432)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(793)	(1.341)
Outros impostos diferidos (escrow) (a)	(4.998)	(4.998)
Total de obrigações diferidas	<u>(19.863)</u>	<u>(26.771)</u>

(a) Em 30 de junho de 2018, a Corretora possui passivos diferidos de R\$4.998, incidentes sobre o valor recebido de R\$ 10.065, retido em uma conta escrow que será tributado à medida que os recursos forem disponibilizados para a Corretora.

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Constituição / realização	Saldo em 30 de junho de 2018
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25.944	4.983	30.927
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	4.602	153	4.755
Provisão para outros valores e bens imóveis	3.407	-	3.407
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	17.256	(11.141)	6.115
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	4.017	2.239	6.256
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	880	(876)	4
Provisão para contingências fiscais	1.359	123	1.482
Provisão para contingências trabalhistas	155	(78)	77
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	4.872	(2.358)	2.514
Outros	8	-	8
Total	<u>62.500</u>	<u>(6.955)</u>	<u>55.545</u>
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(22.717)	8.645	(14.072)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(1.814)	1.021	(793)
Outros impostos diferidos (escrow)	(4.998)	-	(4.998)
Saldo de obrigações diferidas	<u>(29.529)</u>	<u>9.666</u>	<u>(19.863)</u>

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Constituição / realização	Saldo em 30 de junho de 2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	35.611	256	35.867
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	950	(221)	729
Provisão para outros valores e bens imóveis	-	-	-
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	16.232	(249)	15.983
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	640	4.252	4.892
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	1.966	(1.688)	278
Provisão para contingências fiscais	1.116	136	1.252
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	-
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	6.294	6.294
Outros	8	-	8
Total	56.523	8.780	65.303
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(14.650)	(5.782)	(20.432)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(1.010)	(331)	(1.341)
Outros impostos diferidos (escrow)	-	(4.998)	(4.998)
Saldo de obrigações diferidas	(15.660)	(11.111)	(26.771)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Conglomerado:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	(24.972)	(4.492)	(2.065)	(4.132)	(19.884)	(55.545)
Obrigações diferidas	14.865			-	4.998	19.863

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$51.729 e R\$18.348 (R\$59.835 e R\$24.656 em 2017), respectivamente.

A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda e Base Negativa da CSLL	9.684	7.747	17.431	8.083	6.466	14.549
Provisão para Contingências Fiscais	-	-	-	7.939	6.352	14.291
Outras Provisões Temporárias	1.137	910	2.047	825	660	1.485
Total de Créditos Tributários Não Contabilizados	10.821	8.657	19.478	16.847	13.478	30.325

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social do Banco, em 30 de junho de 2018 e de 2017, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$400.000.

Na Corretora, em 30 de junho de 2018, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais dividido em partes iguais para o Caixa - Banco de Investimento S.A e Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

O estatuto social da corretora assegura aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do semestre até o limite definido pela legislação societária.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional.

No semestre findo em 30 de junho 2018, foi pago aos Administradores o montante de R\$1.408 (R\$1.912 em 2017), considerando salários e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2018 e de 2017:

	Grau de relação	2018		2017	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	5.306	-	1.250	-
Caixa Geral de Depósitos - Espanha	Ligada	52	-	-	-
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-	(7)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(7.236)	(228)	(7.060)	(105)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos – New York (nota 14.e)	Ligada	-	2.284	(330.234)	(828)
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa (nota 14.e)	Controladora	(488.054)	(3.426)	(116.847)	(710)
Banco Nacional Ultramarino (nota 14.e)	Ligada	-	-	(39.864)	(537)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
Outras obrigações diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	-	(2)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	-	7	-	-
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	23	-	1.014
Caixa Geral de Depósitos - Espanha	Ligada	-	478	-	-

O Banco assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez "standby" no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência de um ano.

21. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8,625% em 01 de janeiro de 2018 (9,25% em 2017).

a) Índice da Basileia

	2018	2017
Risco de crédito – PEPR	73.788	95.806
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	30.152	18.010
Risco Operacional - POPR	14.084	17.050
Patrimônio de referência exigido - PRE	110.049	130.866
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	452.794	473.931
Índice da Basileia (*)	34,28%	33,50%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2018 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,59% (0,67% em 2017).

22. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	26.360	28.927
Ganho na venda das debêntures	-	202.538
resultado com títulos de renda fixa	<u>14.719</u>	<u>48.994</u>
Total	<u><u>41.079</u></u>	<u><u>280.459</u></u>

23. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 30 de junho 2018 e de 2017, estão assim representadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comissão de estruturação e assessoria em operações	12.024	88
Rendas garantias prestadas	3.695	4.706
Outras	<u>26</u>	<u>34</u>
Total	<u><u>15.745</u></u>	<u><u>4.828</u></u>

24. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 30 de junho 2018 e de 2017 estão assim representadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Processamento de dados	4.018	4.075
Aluguel	1.628	1.955
Serviços técnicos especializados	2.246	2.259
Depreciação e amortização	424	586
Serviços do sistema financeiro	856	803
Viagens	94	173
Publicações	141	226
Seguros	199	214
Manutenção e conservação de bens	138	157
Comunicação	333	359
Vigilância e segurança	184	179
Serviço de terceiros	102	301
Transportes	39	1.708
Água, energia e gás	80	87
Comissões pagas	-	67
Outras	658	984
Total	<u><u>11.140</u></u>	<u><u>14.133</u></u>

25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 30 de junho 2018 e de 2017 estão representadas por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	1.994	9.322
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	602	6
Despesas de contribuição ao PIS	325	1.514
Atualização monetária	321	-
Outras	183	102
Total	<u><u>3.425</u></u>	<u><u>10.944</u></u>

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recuperação de encargos e despesas	137	309
Varição monetária ativa	142	128
Atualização de impostos	-	1.068
Rendas de títulos e créditos a receber	-	956
Reversão de provisões trabalhistas	1.006	-
Reversão de provisões operacionais	-	708
Descontos obtidos	-	74
Reversão da desvalorização de títulos livres-debêntures	67	195
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	-	329
Reversão provisão PLR	-	2.000
Outros	17	16
Total	<u>1.369</u>	<u>5.783</u>

b) Outras despesas operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Processos fiscais e trabalhistas (nota explicativa nº 17.b)	(434)	(3.255)
Comissões sobre carta de fiança	-	(167)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	(339)	-
Adesão ao PERT	-	(12.938)
Multas e juros	(8)	-
Outras despesas	(36)	(1.649)
Total	<u>(817)</u>	<u>(18.009)</u>
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>552</u>	<u>(12.226)</u>

27. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 30 de junho de 2017, referia-se, principalmente, aos softwares relacionados ao homebroker que foram baixados para o resultado, após serem transferidos para a XP Investimentos.

28. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

Descrição	2018	2017
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota explicativa nº 16.b)	316.084	373.059

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o montante de contribuição é de R\$127 (R\$212 em 2017) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$8.200 (R\$8.200 em 2017). E o período de cobertura se estende até julho de 2018. A Administração já renovou a apólice para o período de um ano.

d) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possua essa modalidade de acordo.